



O CONFLITO ARMADO EM DARFUR – SUDÃO¹

Camila Braga²

RESUMO HISTÓRICO

A configuração atual da crise em Darfur, região ocidental do Sudão, possui raízes históricas no passado de descaso do centro político colonial, estabelecido pelos Impérios Otomano e Britânico, em sucessivos períodos de marginalização econômica. Recentemente, porém, encontra-se atrelada ao processo de descolonização iniciado em meados do século XX, particularmente com a edificação de um “projeto nacional” para a construção de um Estado Islâmico no Sudão independente. O projeto se embasa na alegada superioridade das tribos árabes ribeirinhas do Norte do Sudão, que viviam às margens do Nilo e se constituíram na elite política nacional ao controlar o cerne histórico do poder administrativo, Cartum. Assim, concomitante ao passado de marginalização econômica e política, a disseminação de uma estratégia de islamização do Sudão independente, ora convergindo com os projetos nacionalistas de seus vizinhos, como Líbia e Iraque, ora divergindo destes, o que de fato ocorreu

com a ascensão de uma elite política não-árabe ao governo no Chade, contribuiu para tornar esta uma das regiões mais instáveis do mundo.

Por seu turno, a participação do Sudão nas disputas de poder regionais, em particular àquelas envolvendo a Líbia e o Chade, ao longo da fronteira oeste do Estado, tiveram forte repercussão sobre as dissidências locais ao governo de Cartum, acirradas por décadas de guerra civil com os dissidentes do sul. Durante este período, um intenso fluxo de armas, soldados e mercenários cruzou as fronteiras sudaneses, estabelecendo-se em Darfur. O fácil acesso às armas e a presença de grupos armados contribuiu para um intenso processo de militarização do espaço político e social, à medida que conflitos tradicionais, como as disputas por terras, passam a ser resolvidas por armamentos modernos. Frente a crescente insegurança local, criaram-se milícias civis para garantir a segurança da sociedade, enquanto outras eram armadas pelo governo para combater a dissidência interna em expansão.

Em conjunto, estes fatores oferecem uma visão geral da complexidade inerente ao atual ‘quadro endêmico de conflito interno, miséria, desamparo e morte’³. Para compreender o conflito armado no Darfur é preciso, portanto, entender os diversos níveis de causalidade que se relacionam nas esferas política e social desse espaço de violência endêmica: seja através de suas raízes históricas, seja no estabelecimento do Estado pós-colonial, a partir da reconfiguração das relações de poder em âmbito interno e regional, observando, ainda, as ligações transnacionais entre os diversos atores que atuam neste conflito.

Por muito tempo, os atritos internos foram classificados pelo governo como “violência tribal” em disputas por recursos escassos da área, principalmente no que se refere às terras próprias para cultivo e pastagens, uma situação agravada pela profunda seca que abate a região desde os anos 1980 e o contínuo processo de desertificação que atinge as pastagens tradicionalmente ocupadas por Árabes

nômades. Não obstante, a atual distinção entre Árabes e Negros Africanos, que tem sido continuamente explorada pelo Governo Sudanês ao armar milícias árabes para invadirem territórios sob o controle de tribos 'Negro-Africanas', ignora a história de miscigenação das diversas etnias na região. Esta ocorre desde que os primeiros Árabes beduínos migraram para lá e estabeleceram relações com a Dinastia Keira, do Sultanato Fur, que dominou a região até ser subjugado pelo Império Britânico, em 1916, quando foi colocado sob o controle de Cartum, anexando-o ao Sudão⁴. A partir deste momento, o território darfuri passou a ser um Sistema de Administração Nativo, que dava poder aos líderes tribais da região, responsabilizando-os pela segurança, taxação, administração, a alocação de terras (incluindo a mediação de disputas sobre posse e uso) e por um sistema de justiça que integra cortes tribais e sub-tribais. Tal sistema acabou minando a histórica dominância dos Fur na região, sendo apenas a primeira de uma série de intervenções externas que provocaram fendas no delicado balanço tribal pre-existente⁵. A partir deste período, as populações em Darfur passaram a enfrentar o descaso do centro político sudanês, governado por uma elite política majoritariamente árabe.

A marginalização persistiria durante o processo de descolonização e tal como as províncias à Leste e ao Sul do Sudão, também as províncias do Darfur teriam um acesso restrito aos recursos políticos e econômicos do Estado. Por sua vez, a mais recente onda de militarização das comunidades locais teve início com o projeto do ex-presidente da Líbia, Muammar al-Kadhafi, de fundar um grande império islâmico, ocupando a África Central. Ao defender a supremacia árabe nessa região como uma

de suas metas, o projeto incluía a formação da Legião Islâmica, cujas fileiras seriam preenchidas por milhares de homens da Líbia, Chade e Sudão – mobilizados entorno de uma identidade Árabe/Islâmica promovida pela campanha de Kadhafi⁶ – e o uso do Darfur como base de apoio para que a Líbia lançasse sua campanha contra o Chade. Em pouco tempo, as ações de ex-ditador Líbio iniciaram uma guerra de *proxies* entre a Líbia, o Sudão e o Chade, acirrando as tensões entre árabes e não-árabes por toda a região, embora seus efeitos tenham sido particularmente fortes no Darfur, o palco central das lutas entre eles. Nos anos 1980, os residentes do Darfur ainda precisaram enfrentar as batalhas entre o exército do Chade e rebeldes desse país, que tinham o apoio do grupo étnico Zaghawa⁷, cujos membros podem ser encontrados nas forças do Chade, do Sudão e da Líbia.⁸

Paralelamente, a seca e o processo de desertificação levaram grupos pastoris nômades a migrarem para outras regiões, entrando em choque com seus habitantes, que tinham como principal atividade econômica a agricultura. Logo, as tensões entre os grupos étnicos que residem em Darfur foram acentuadas também por

mudanças climáticas e o superpovoamento da região. No entanto, foi somente com a política do governo de Cartum em armar milícias árabes⁹ – chamadas *janjaweed*¹⁰ – e desocupar terras habitadas por outras etnias, que as tensões locais convergiram para a eclosão do conflito armado em fins de 2002 e início de 2003¹¹.

Os primeiros ataques de grande escala, empreendidos por grupos armados insurgentes – o *Sudan Liberation Movement/Army* (SLM/A) e o *Justice and Equality Movement* (JEM), pegaram o governo sudanês de surpresa, impondo pesadas perdas às suas forças. Todavia, em pouco tempo o governo lançou sua campanha de contra insurgência, colocando em prática uma tática militar conhecida como 'processo de vasculhamento' (*combing process*), que implica a destruição total e completa de vilarejos rurais, frequentemente ateando fogo nos mesmos, empreendendo ataques tanto aéreos quanto por terra.¹²

Como resultado dessa campanha brutal, que, mais tarde, a administração dos EUA classificou como genocídio, milhares de homens, mulheres, crianças foram massacradas e víveres destruídos¹³. Poucos têm optado por permanecer em assenta-



Milícias armadas pelo Governo do Sudão em Darfur

mentos perto de suas terras. A maioria passou a viver nos acampamentos de apoio às pessoas deslocadas internamente (IDPs na sigla em inglês) ou se juntou aos milhares de refugiados que cruzaram as fronteiras sudanesas desde 2003¹⁴. Entre 2003 e 2006, o conflito armado em Darfur provocou a morte por violência direta, fome ou doença, de aproximadamente 350.000 pessoas e um fluxo de 2 milhões de deslocados internos e refugiados. Em 2006, entretanto, pressões por parte da comunidade internacional e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA) levaram todas as partes em conflito à mesa de negociações¹⁵.

O PROCESSO DE PAZ

O acordo de paz foi assinado em 5 de Maio de 2006, em Abuja, por apenas uma das facções do SLA¹⁶, liderada por Minni Minawi (SLA-MM), e o Governo do Sudão, conhecido como o *Darfur Peace Agreement* (DPA). As negociações, por sua vez, ocorreram de forma controversa, sem o apoio dos principais líderes locais e movimentos armados. Logo de início, o acordo enfrentou a resistência popular nos acampamentos de IDPs, para os quais o acordo favoreceria apenas o Governo do Sudão e a tribo minoritária de Minawi, os Zaghawa. Abdel Wahid (SLA-AW), liderando a facção dissidente do SLA e com maior influência sobre a população local, a maioria de etnia Fur, recusou-se a continuar as negociações e foi apoiado por diversas manifestações de protesto por toda região do Darfur¹⁷.

Assim que deixaram a mesa de negociações, o Governo do Sudão – formando uma aliança militar com a facção de Minawi – iniciou uma forte ofensiva contra assentamentos civis e áreas ocupadas pelos grupos rebel-

des não signatários, particularmente aquelas sob o controle da facção SLA-AW, gerando um novo fluxo de aproximadamente 50.000 deslocados. Cartum também empreendeu esforços para reduzir drasticamente o acesso de assistência humanitária à região, embora as organizações não-governamentais que atuavam na área fossem os principais atores na frente de proteção aos civis.

O período pós-DPA presenciou a fragmentação dos movimentos rebeldes, precipitando novas ondas de violência armada entre as diversas facções. Enquanto alguns oficiais do SLA-AW e do JEM, descontentes com suas lideranças, assinaram, logo depois da conclusão do acordo, uma declaração de apoio ao DPA, outros comandantes do SLA-MM manifestaram a decisão de suspendê-lo. Concomitantemente, dissidentes da facção de Abdel Wahid e opositores internos começaram a dividir seu grupo em blocos. O JEM, tentando unir os rebeldes não-signatários, estabeleceu a *National Redemption Front* (NRF), com o apoio da Eritrêia, passando a ser a principal força rebelde do Darfur¹⁸. Por sua vez, o Governo do Sudão, em clara violação ao DPA, não deu início ao processo de desarmamento das milícias *janjaweed*, ao contrário, elas foram rearmadas e realocadas, a fim de participarem dos ataques promovidos em setembro daquele mesmo ano pelas Forças Armadas do Sudão nas áreas controladas por grupos insurgentes não-signatários¹⁹.

Assim, o período pós-DPA foi acompanhado por uma fase de intensificação da violência interna e aprofundamento da percepção de insegurança local que tornava a estabilização do conflito mais distante de sua concretização. Observou-se um intenso fluxo de armas direcionado à

região pelo mercado internacional, comércio informal, transferência e captura de armas, vindas de todos os continentes, atravessando fronteiras “inexistentes”, sem encontrar qualquer tipo de barreira, dada a complacência dos Estados vizinhos. Esse fluxo de armas violava sucessivamente os embargos da ONU e da União Europeia que proibiam expressamente a transferência de armas para a região²⁰. O resultado pode ser observado não apenas no prolongamento do conflito armado em diversas áreas da província, mas também no aprofundamento da violência social, com o aumento das atividades de banditismo diante do fácil acesso às armas modernas²¹.

A UNAMID

Os primeiros esforços para contornar o aprofundamento da crise ocorreram em âmbito regional, sob a coordenação da União Africana, que contou com a chancela do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para conduzir o processo de paz. A organização regional tentou por diversas vezes promover Negociações de Paz Inter-Sudanesas, entre o Governo do Sudão (GoS) e os movimentos armados originais (SLA e JEM), objetivando uma solução pacífica para a crise no Darfur. Destes esforços resultou uma série de acordos firmados entre as partes, incluindo dois Protocolos assinados em 2004. Destacam-se o *Humanitarian Ceasefire Agreement* (ou ainda, *N'djamena Ceasefire Agreement*), mediado pelo Chade e assinado em 8 de abril de 2004 (entrando em efeito dia 11/04), por GoS, SLA e JEM, e a assinatura do *Protocol on the improvement of the humanitarian situation in Darfur*, em 1 de Setembro de 2004. As partes signatárias do Protocolo de Setembro, como este seria chamado, comprometeram-se



Campo de refugiados no Chade

em garantir o acesso irrestrito e sem empecilhos da assistência e dos trabalhadores humanitários, incluindo o pessoal das Nações Unidas e outras organizações humanitárias, permitindo que estes levassem assistência emergencial às áreas controladas por qualquer uma das partes. O Protocolo incluía ainda o compromisso das partes em proteger os civis de qualquer tipo de violência e preservar o caráter civil dos campos de IDPs e refugiados, garantido também a proteção do direito destes em regressar aos seus locais de origem.

Para monitorar a observância desses acordos, especialmente o *N'djamena Ceasefire Agreement*, o PSC/AU estabeleceu a *African Mission in Sudan* (AMIS), que, apesar de relativamente pequena, contava com um contingente de 2.000 militares atuando em 2005. A AMIS possuía um mandato adicional para desenvolver medidas de construção de confiança entre aqueles direta e indiretamente envolvidos no conflito, contribuir para a instituição de um ambiente de segurança para a atuação da assistência

humanitária e, em especial, para o retorno de refugiados e IDPs aos seus locais, contribuindo, assim, genericamente, para melhorar as condições de segurança no Darfur. A missão, no cumprimento de seu mandato, também deveria zelar pela segurança de civis e IDPs afetados pelo conflito. Não obstante, em seu comunicado, o PSC reiterava o fundamento principal da União Africana, que afirmava ser responsabilidade do Governo sudanês a proteção da população civil.

Apesar dos compromissos firmados, os confrontos entre o GoS e os insurgentes prosseguiriam sem intervenções relevantes e resistindo a todas as possibilidades de acordo até 2006. Em 2006, entretanto, pressões por parte da comunidade internacional e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (PSC/UA) levaram todas as partes em conflito à mesa de negociações, muito embora nenhuma estivesse realmente disposta a negociar. A falta de recursos e assistência internacional, bem como a utilização de uma diplomacia de prazos que dificultou a

discussão do acordo entre os envolvidos, acabaram por comprometer todo o processo²².

Frente ao aprofundamento das condições de insegurança regionais, com o alastramento do conflito para os países vizinhos, e a fim de suplantar a AMIS²³ no monitoramento e verificação da implementação do Acordo de Abuja (DPA), seria constituída uma missão híbrida, que centralizaria os esforços internacionais e regionais para a construção da paz no Darfur - a *AU/UN Hybrid Operation in Darfur* (UNAMID). A missão, em si, resultou de uma série de Consultas de Alto-Nível, endossadas pelo PSC/AU e realizadas entre novembro de 2006 e julho de 2007, por autoridades das Nações Unidas, União Africana e do governo sudanês e encontra base normativa nos relatórios conjuntos dessas duas organizações. A operação de paz, adotada sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, em cumprimento aos Acordos de Adis Ababa, firmados em junho de 2007, deveria ter um caráter predominantemente africano e suas tropas, tanto quanto possível, seriam integradas por países africanos, embora ficassem sob o comando das Nações Unidas. Assim, a *Resolução 1769* de 31 de julho de 2007 expressava toda sua “determinação em trabalhar com o Governo do Sudão, em completo respeito à sua soberania”, para assisti-lo no tratamento dos diversos problemas identificados no Darfur²⁴. Com efeito, a missão, na implementação de seu mandato, estava autorizada a exercer a força necessária na área de sua alocação e dentro de suas capacidades, para proteger seus membros, instalações e materiais, assim como apoiar a implementação efetiva e eficiente do DPA, que acolhia como uma solução duradoura e sustentável para a melhoria das condições de segurança regionais, prevenindo no-

vos ataques armados e a interrupção no processo de implementação do Acordo. Por fim, o mandato incluía a necessidade de garantir a proteção da população civil, sem, contudo, prejudicar as funções que devem ser tomadas como responsabilidade do GoS.

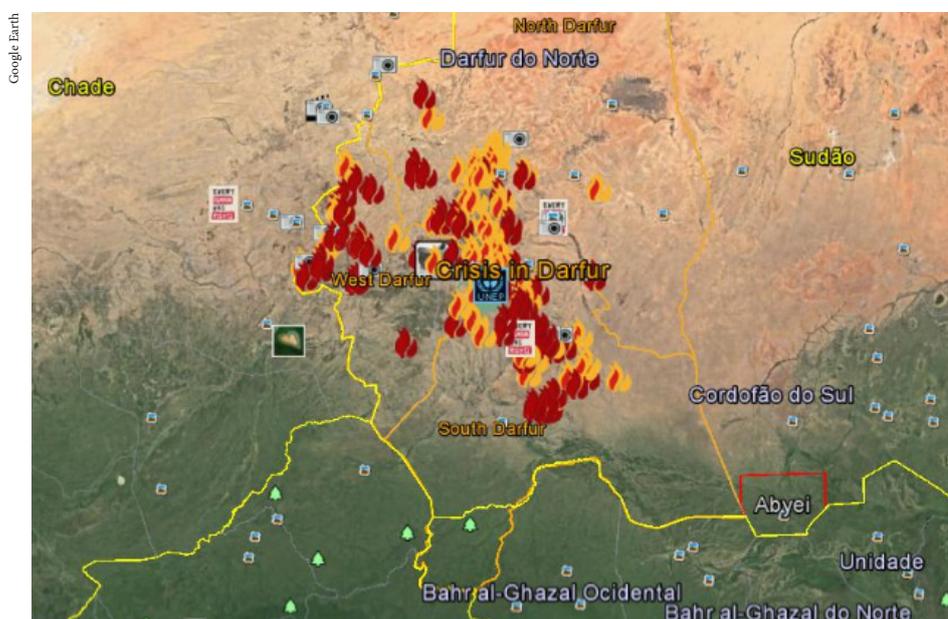
No período inicial de seu desdobramento, as dificuldades apresentadas às operações no terreno, particularmente em função dos contínuos desrespeitos ao cessar-fogo entre as partes beligerantes signatárias do DPA e entre estas e aquelas não signatárias, rapidamente estabeleceu o parâmetro das atividades a serem desempenhadas pela UNAMID: a facilitação do acesso de assistência humanitária às áreas mais afetadas e a proteção dos civis em campos de IDPs ou áreas de conflito, de seu próprio pessoal e instalações ou dos trabalhadores humanitários deslocados à região, bem como dos comboios em que estes movimentavam suprimentos destinados à agência ou às comunidades carentes. Estes, conforme apontam os relatórios sobre o avanço da missão, entre 2007 e 2011, foram seus maiores desafios: garantir acesso às diversas áreas controladas

ora pelo governo e ora pelos movimentos armados e proteger a população civil envolvida no conflito. Nesse sentido, os relatórios apontam que uma das mais graves barreiras à ação humanitária na região estava na intensificação das atividades de banditismo local, por inúmeras vezes visando especificamente o pessoal das Nações Unidas e demais agências humanitárias na região, em particular no sequestro de pessoal internacional e assaltos, seguidos do furto de provisões e equipamentos dos mesmos, inclusive veículos e suas cargas. Neste período, diversas ONGs nacionais e internacionais precisaram abandonar a região dadas as condições de segurança e a UNAMID, apesar de sua maior capacidade de ação, foi obrigada a restringir seu local de atuação²⁵.

Em fins de 2008, aproveitando-se da paralisação do processo de paz em âmbito internacional, o governo de al-Bashir lançou unilateralmente a Iniciativa do Povo do Sudão, que tinha o objetivo de encontrar uma solução política para o conflito no Darfur com base em um consenso nacional. Segundo um porta-voz do

governo, buscava-se promover a “nacionalização” do processo de paz. No entanto, o cessar fogo lançado unilateralmente pelo governo sudanês no dia 12 de novembro foi rompido no mesmo dia, quando foram divulgados relatos de bombardeios aéreos promovidos por forças do governo. Em 10 de fevereiro de 2009, novas negociações começaram em Doha, buscando revitalizar o processo político estancado há dois anos que teve como ponto favorável a participação inicial do JEM. No entanto, mal as negociações começaram e o processo sofreu novo revés. Em 4 de março, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu pela primeira vez uma ordem de prisão contra um presidente em exercício, um momento histórico na trajetória da instituição. O encaminhamento do caso de Darfur ao TPI, no momento em que persistia o conflito armado, não tinha precedentes, tratando-se de um mecanismo de justiça de transição que, costumeiramente, era aplicado em períodos pós-conflito e em cenários de transição para a paz²⁶.

As implicações políticas foram sentidas no dia seguinte, quando Cartum não apenas rejeitou a decisão da corte com argumentos neocolonialistas, como também declarou a intenção de expulsar treze organizações de assistência humanitária de seu país e dissolver duas ONGs nacionais que operavam no Darfur. Segundo Minayo (2015), estas quinze instituições garantiam a sobrevivência de milhares civis em campos de IDPs. Novamente, a decisão foi justificada em termos nacionalistas, quando autoridades do governo alegaram que se tratava de uma iniciativa do governo em nacionalizar a ajuda humanitária para região, arcando com sua suposta responsabilidade como um Estado soberano. Evidentemente, a supressão do envio de ajuda huma-



Região de Darfur (confrontos registrados entre 2006-2009)

nitária e, por conseguinte, do atendimento às necessidades mais básicas da população local, contribuiu para o incremento da violência armada²⁷. Os diálogos de Doha encontraram, ainda, outros dois obstáculos de ordem conjuntural, estreitamente relacionados às dinâmicas do confronto armado, as tensões crescentes entre o Chade e o Sudão e o processo de paz com os grupos ao sul, embasado no Acordo Geral de Paz (CPA, sigla em inglês), que, naquele momento, entrava em sua fase mais crítica, as eleições gerais estavam marcadas para 2010 e o referendo para 2011, quando se decidiria sobre a secessão (ou não) do território hoje conhecido como Sudão do Sul. Com efeito, ambos os processos tiveram repercussões negativas sobre os diálogos de paz, desencadeando o recrudescimento da violência armada em 2010 e início de 2011.

SITUAÇÃO ATUAL

As negociações em Doha, entre o governo do Sudão, grupos armados e a sociedade civil, que tiveram início em novembro de 2009, foram adiadas para o ano seguinte, frente às recusas e reticências dos diversos grupos armados em participar. Enquanto isso, o GoS fechava o cerco ao JEM, firmando um acordo de fronteiras com o Chade, que, simultaneamente, obrigava o grupo a abandonar suas posições na região por um lado, enquanto as tropas e milícias apoiadas pelo governo atacavam do outro. Pressionado por ambos os lados, JEM firmaria um acordo-quadro com Cartum em Doha, nos qual estavam incluídos um cessar-fogo e a libertação de prisioneiros, embora o acordo também estabelecesse uma agenda para novas negociações. Estas, porém, não foram levadas adiante, uma vez que o JEM se recusava a aceitar a legitimidade do grupo LJM,

formado por dissidentes de diversos movimentos armados, ameaçando inclusive abandonar Doha caso o governo sudanês assinasse acordos múltiplos²⁸. A ameaça foi cumprida em maio de 2010, com o congelamento da participação do grupo nas negociações em Doha devido aos “contínuos ataques por terra e ar” empreendidos pelo governo contra territórios sob o controle do JEM²⁹.

Concomitantemente, em 2011, a concretização da independência de Sudão do Sul desencadeou novos confrontos armados em duas frentes sudanesas, Kordofão do Sul e Nilo Azul, ao sul e a leste de Cartum, respectivamente. Com a retomada dos embates ao sul, o *Sudan People’s Liberation Movement – Northern Wing* (SPLM-N) passou a ser um aliado importante para os movimentos insurgentes de Darfur, formando a *Sudanese Revolutionary Front* (SRF), cujo objetivo central era, então, a derrubada do regime de al-Bashir. Por sua vez, poucos dias após a independência dos territórios ao sul, foi assinado o *Doha Document for Peace in Darfur* (DDPD), embora os signatários fossem apenas o GoS, o LJM e algumas pequenas facções insurgentes, grupos militarmente fracos e pouco unidos. O acordo assinado em 2011, porém, permanece sem uma implementação concreta, enquanto seus mediadores insistem em expandir as negociações aos grupos não-signatários e Cartum se mantém irredutível quanto a não-renegociação do acordo³⁰.

Em 2012, os confrontos entre tropas do governo e grupos insurgentes prosseguiram, com a perseguição do governo ao JEM se intensificando, ao passo que também se intensificavam os confrontos locais, intercomunitários, usados como *proxies* entre os grupos rivais. Entre 2013 e 2014, a

violência nas três frentes de enfrentamento no Sudão (Darfur, Kordofão do Sul e Nilo Azul) atingiram seu ápice, aproximando-se dos níveis de violência testemunhados em 2007, ante a decisão do GoS em lançar uma larga contraofensiva à SRF. Nesse período, o número de deslocados internos cresceu rapidamente, passando a marca de 2,5 milhões. Somente no primeiro semestre de 2015, 100.000 pessoas foram obrigadas a procurar abrigos provisórios em campos para deslocados internos.

Em 27 de janeiro de 2014, o presidente Omar al-Bashir anunciou o início de um ‘Diálogo Nacional’ no Sudão, que incluía quatro temas: paz, reforma econômica, liberdade política e identidade. Não obstante, no ano seguinte o *International Crisis Group* avaliou que o partido político governante permanecia “indisposto e incapaz de fazer as concessões necessárias para que o diálogo tivesse sucesso”³¹. Em 3 dezembro de 2014, os opositores do governo (sociedade civil, partidos políticos e grupos armados) assinaram a Declaração Política sobre o Estabelecimento de um Estado Cidadão e Democrático, que ficou conhecida como ‘Chamada ao Sudão’ (*Sudan Call*) e clamava por uma transição democrática do governo e o desmantelamento do partido único de facto. A declaração incitou uma rápida reação oposta do GoS, que lançou nova ofensiva contra os direitos políticos e liberdades individuais de todos os envolvidos. Ainda em 2015, a Anistia Internacional divulgou um relatório em que denunciava as contínuas violações dos compromissos assinados pelo Estado sudanês na esfera dos direitos humanos. Em ano de eleições, o governo comandado pelo Partido do Congresso Nacional direcionara os trabalhos do Serviço de Segurança e Inteligência Nacional para restringir

o espaço de ação dos seus opositores, ao fechar diversas organizações midiáticas independentes e organizações da sociedade civil, conduzindo ao cárcere seus líderes políticos.

Por sua vez, continuavam as movimentações nas três frentes de enfrentamento do Sudão, produzindo novos deslocamentos humanos. A deterioração das condições humanitárias e a necessidade de respostas emergenciais passavam a dominar os trabalhos da UNAMID, cujo orçamento se mantém entre os mais altos das operações de paz no período. Em paralelo, os esforços de mediar o conflito em busca de uma solução permanente conduziram ao lançamento, em janeiro de 2015, do *Darfur International Dialogue and Consultations*, financiado pelo Qatar, a fim de dar prosseguimento às provisões do DDPD. No entanto, o acirramento do conflito armado no Sudão do Sul prejudicaria a frente única formada por insurgentes do SPLM-N e os grupos armados de Darfur, particularmente o JEM, que em 2014 enviou a maior parte de suas tropas para auxiliar os vizinhos ao sul na luta contra as forças do governo.

No âmbito das negociações diplomáticas, o grupo formado por movimentos armados e não-armados, sob a legenda do *Sudan Call*, buscou manter esta frente unida nos esforços de mediação, traçando um novo roadmap para o processo de paz. Cartum, entretanto, iniciaria conversas paralelas com os grupos



Tenda de ONG humanitária no campo de desalojados de Abu Shouk

armados das duas frentes ao Sul e em Darfur, embora tanto os acordos com o SPLM-N, por um lado, quanto com o JEM e o SLA, por outro, tenham fracassado, ante a indisposição do governo em fazer concessões para a provisão de apoio humanitário às regiões de conflito. Em 14 de agosto de 2016, Thabo Mbeki, mediador designado pelo *African Union High-Level Implementation Panel* (AUHIP) suspendeu as conversações indefinidamente. A falta um diálogo abrangente com todas as partes, sejam atores armados ou não, e a contínua insistência do governo sudanês em negociar com cada uma das partes separadamente, levaram ao fracasso a tentativa de compreender a complexa dinâmica que permeia as disputas de poder e, portanto, o

processo de paz na região. Registros de graves e sistemáticas violações dos direitos humanos em diversas localidades continuam a emergir. Um relatório da Anistia Internacional, datado de setembro deste ano, indica o uso de armas químicas na região de Jebel Marra, região leste de Darfur³². Somente em 2016, 171 aldeias foram atacadas, elevando os números de vítimas no confronto armado que já se arrasta há mais de uma década. Hoje, além das 300.000 mortes registradas oficialmente nos confrontos entre o governo e grupos insurgentes, somam-se em torno de 3 milhões de refugiados e deslocados internos, embora os números reais sejam impossíveis de precisar dada a dificuldade de acesso às regiões mais remotas de Darfur³³.

¹ O texto contém um extrato da dissertação de mestrado da autora, concluída em 2012, e foi atualizado com dados recentes.

² Pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da USP e doutoranda em Ciência Política, DCP/USP.

³ MINAYO, Miryam de Souza. *El caso de Darfur: limitaciones políticas a la responsabilidad de proteger*. São Paulo: Editora Hucitec, 2015, p.20.

⁴ MCFARLAND, Sherri F. The Sudanese Armed Forces and its Alliance with Proxy Arab Militias in Marginalized Areas. *Armed Forces and Society: New Challenges and Environments*. Santiago: Centro de Estudios e Investigaciones Militares, 2008, p.94.

⁵ KAHN, Clea, Conflict, Arms, and Militarization: The Dynamics of Darfur's IDP Camps. *Sudan Working Papers*, n. 15. Geneva: Small Arms Survey/Graduate Institute of International and Development Studies, 2008, p. 20-21.

⁶ Apesar de estarmos cientes que ser Árabe não significa seguir a religião Islâmica, a campanha de Kadhafi – segundo MacFarland (2008) – associaria ambos os termos na construção da identidade social que deveria então compor um grande império islâmico.

⁷ “Vamik Volkan define grupo étnico como aqueles que compartilham os mesmos ancestrais, lugar de origem, tradições, língua e crenças religiosas” (McFarland, 2008, p. 92).

⁸ MCFARLAND, op. cit.

⁹ Por anos o governo central de Cartum tem favorecido as comunidades árabes no Darfur, causando desconfiança entre as lideranças Fur, a maioria étnica na região. No entanto, a exacerbação do conflito teria início nos anos 1980, durante o Governo de Sadiq El Mahdi (1986-1989), que originalmente adotou política de armar milícias de árabes Baggara dos estados do *Darfur* e *Kordofan*, então chamadas de *muraheleen*, usando-as para lutar contra os insurgentes do sul. Após o golpe de Estado em 1989, que levou Bashir ao poder, o *National Islamic Front* (NIF), renomeado *National Congress Party* (NCP), incorporou muitas dessas forças nas fileiras das *Popular Defense Forces* (PDF) e outros grupos paramilitares. UDOMBANA, Nsongurua J. The Darfur Crisis and the Crisis of Humanitarian Intervention in Sudan. *Human Rights Quarterly*, v. 27, 2005, p. 1152.

¹⁰ O nome *janjaweed* traduzido significa “O Demônio a Cavalos” e tem sido usado pelos habitantes locais para designar qualquer grupo armado – árabe ou não – que pratica atos de banditismo, como pilhagens, assassinatos, estupros, etc. Nas milícias árabes armadas pelas FAS, apenas os líderes recebem um soldo do exército, os demais são recompensados pelas pilhagens das aldeias atacadas, de onde também retiram sua comida e demais suprimentos. O uso de *proxies* é uma tática tradicional do Governo de Cartum, visto que lhe permite poupar suas tropas e cortar os custos necessários para manter um grande exército. SAS - Small Arms Survey. No dialogue, no commitment: the perils of deadline diplomacy for Darfur. *Sudan Issue Briefs* (SIB), n. 4, December, 2006. Geneva: Graduate Institute of International and Development Studies. Disponível em: <<http://www.smallarmssurvey.org/publications/by-type/sudan-hsba/sudan-issue-briefs.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

¹¹ MCFARLAND, op. cit.

¹² Com grande parte de suas forças alocadas ao sul, o governo incitou e patrocinou uma diversidade de milícias compostas por forças majoritariamente árabes, para atacar sistematicamente as comunidades civis que pertenciam às mesmas etnias dos grupos insurgentes, matando, saqueando e deslocando milhares de indivíduos, destruindo centenas de vilarejos, inclusive poluindo as fontes locais de água (poços artesanais) para impedir que retornassem àquelas terras. MCFARLAND, op. cit.

¹³ *Idem*, p. 95.

¹⁴ KAHN, Op. cit

¹⁵ SAS, 2006, op. cit.

¹⁶ Apesar de sentarem juntas à mesa de negociações em Abuja, ambas as facções do SLA, lideradas por Minni Minawi (SLA-MM) e Abdel Wahid al-Nur (SLA-AW), apenas conseguiram concordar em suas posições mais rígidas, complicando o processo em curso, enquanto – no campo – as duas facções já lutavam entre si. Ver SAS, 2006, op. cit.

¹⁷ SAS, 2006, op. cit.

¹⁸ *Idem*, p. 1, 4-5; KAHN, op. cit.

¹⁹ Em Dezembro daquele mesmo ano, entrariam em choque com as forças de Minawi, em Al-fasher, Darfur Norte, enquanto este ameaçava denunciar o acordo de paz e resumir a luta se isso não fosse feito. SAS, 2006, op. cit., p. 5.

²⁰ “Três regimes legais internacionais colocam restrições à transferência de armas para entidades no Sudão: o embargo das Nações Unidas sobre o Darfur, o embargo da União Européia (UE) sobre o Sudão e o próprio CPA.” SAS. *Conflicting priorities: GoSS security challenges and recent responses. Sudan Issue Briefs* (SIB), n. 14, May 2009. Geneva: Graduate Institute of International and Development Studies. Disponível em: <<http://www.smallarmssurvey.org/publications/by-type/sudan-hsba/sudan-issue-briefs.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

²¹ *Idem*, p. 5-9. KAHN, op. cit.

²² SAS, 2006, op. cit.

²³ A UNAMID incorporará o pessoal da AMIS, que até então formava um corpo de 19.555 integrantes, incluindo 360 observadores militares e um componente civil de 3.772 policiais, formando 19 unidades com 140 policiais cada. UN. *S/RES/1769*. New York, 31 Jul. 2007. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/445/52/PDF/N0744552.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 30 out 2016.

²⁴ Os dados expressos aqui foram retirados do texto da própria Resolução 1769 (2007).

²⁵ UN. *S/2007/759*. New York, 24 Dec. 2007. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/657/10/PDF/N0765710.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 30 out. 2016. UN. *S/2008/781*. New York, 12 Dec. 2008. Acesso em: 30 out. 2016. UN. *S/2009/592*. New York, 16 Nov. 2009. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/594/37/PDF/N0959437.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 30 out. 2016.

²⁶ MINAYO, op. cit., p.190.

²⁷ *Idem*, p.190-191.

²⁸ O *Liberation and Justice Movement* (LJM): “criado pelos esforços da mediação internacional, como uma plataforma de negociação para as duas coalizões anteriores (Adis Ababa e Trípole), o LJM nunca teve um comando militar conjunto, apoiando-se em sua maioria em comandantes militares relativamente isolados, muitos dos quais foram previamente membros de outras facções armadas que resultaram de divisões anteriores do SLA e JEM. O grupo, liderado por Tijane Sese desempenhou um importante papel no processo de paz de Doha e seria o único grupo a assinar com o GoS, naquela ocasião, o *Doha Document for Peace in Darfur*, em 14 de julho de 2011. O processo de Doha, entretanto, geraria dissenso e divisões internas que reduziriam severamente a força militar do movimento, especialmente depois da deserção de dois de seus principais comandantes: Ali ‘Karubino’ e Ali Mokhtar. No início desse ano (2012), o LJM parece desfrutar de pouco apoio popular no Darfur, ainda que seja oficialmente apoiado pelo conselho *shura Fur* (associação tribal), e enfrente severos problemas de coesão internacional, como ilustra a defecção de Ahmad Abdeshafii, que era vice-presidente do movimento, em janeiro de 2012. Todas essas fraquezas [...], podem vir a representar uma ameaça a continuada existência do grupo em si”. GRAMIZZI, Claudio; TUBIANA, Jérôme. *Forgotten Darfur: Old Tactics and New Players*. Geneva: Small Arms Survey/Graduate Institute of International and Development Studies, 2012, p. 85, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.smallarmssurveysudan.org/fileadmin/docs/working-papers/HSBA-WP-28-Forgotten-Darfur.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

²⁹ SAS. *Darfur Peace Process Chronology*. Geneva: Graduate Institute of International and Development Studies, 2012, p.3. Disponível em: <<http://www.smallarmssurveysudan.org>>. Acesso em: 20 jun. 2012. UN. *S/2009/592*. Report of the Secretary-General on UNAMID. New York, 16 Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unamid/reports.shtml>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

³⁰ ICG - International Crisis Group. The Chaos in Darfur. *Crisis Group Africa Briefing*, n. 110. Nairobi/Brussels, 22 Apr. 2015. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org>>. Acesso em: 05 set. 2016.

³¹ *Idem*.

³² AI - Anistia Internacional. *Sudan: Credible evidence of the use of chemical weapons to kill and maim hundreds of civilians including children in Darfur revealed*. 29 Sep. 2016. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/09/chemical-weapons-attacks-darfur/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

³³ *Idem*.

Série Conflitos Internacionais é editada pelo Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília - SP

Editor: Prof. Dr. Sérgio L. C. Aguilar
Layout: Paula Schwambach Moizes
ISSN: 2359-5809
Comentários para: oci@marilia.unesp.br
Disponível em: www.marilia.unesp.br/#oci

Série Conflitos Internacionais mais recentes:

Congo: desordem, interesses e conflito V. 2, n. 4
Libia: 4 años después de la intervención humanitaria y el R2P V. 2, n. 5
Mali: conflito complexo e multifacetado V. 2, n. 6
O conflito na República Centro Africana V. 3, n. 1
Conflito no Iêmen, o caso Huti V. 3, n. 2
Grupos não estatais geradores de conflitos: Síria, Iraque, Somália, Nigéria, Líbia e Mali V. 3, n. 3
Segurança e terrorismo na Europa V. 3, n. 4